

**Actividades de Enriquecimento Curricular
no 1º Ciclo do Ensino Básico
INGLÊS**

**Relatório final de acompanhamento
2009/2010**

APPI - CAP

INTRODUÇÃO

No seguimento de Relatórios anteriores e, apesar de a APPI se congratular com a oferta generalizada do Inglês, sempre fez saber à Tutela que esse alargamento era prematuro e sempre pugnou pela inserção do Inglês no currículo do 1º CEB, a partir do 3º ano de escolaridade. Sobre as implicações que esse alargamento teve, nomeadamente, sobre novos constrangimentos, no ano lectivo 2009/2010, daremos conta neste relatório, que surge na sequência das visitas de acompanhamento realizadas no ano lectivo 2009/2010, e que reflecte a apreciação dos observadores da APPI nessas visitas, analisando e avaliando, em simultâneo, o programa das AEC, no que respeita o ensino de Inglês.

Continuamos a considerar as visitas de acompanhamento um dispositivo essencial na monitorização do Programa de Generalização das AEC, pela partilha de problemas e soluções e pela informação disponível para análise e avaliação, que tem permitido melhorias no processo de implementação. Paralelamente, a participação da APPI na CAP, tem permitido a sensibilização para as questões de carácter pedagógico e metodológico. De referir, no entanto que, especificamente neste ano lectivo, a escassez de reuniões, em CAP alargada, condicionou um acompanhamento pedagógico mais próximo e, conseqüentemente, mais interventivo da parte da APPI relativamente ao apoio que poderia prestar aos professores no terreno.

RECRUTAMENTO DE PROFESSORES

Reiteramos que o alargamento da oferta obrigatória do Inglês aos 4 anos de escolaridade, acrescido do número de horas reduzidas no horário da maioria dos professores, em virtude da maior parte das escolas continuar a não ter flexibilização dos horários das AEC, fez com que aumentasse a necessidade de mais professores nesta actividade. Esse acréscimo fez com que tivessem sido recrutados muitos professores que não detinham habilitações para o ensino do Inglês ou prática de ensino a esta faixa etária.

Paralelamente, a grande quantidade de horários reduzidos (uma maioria com 10 tempos, no máximo), com uma contrapartida financeira pouco compensatória, e o aumento de

apresentações dos professores do 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário fizeram com que muitos dos professores inicialmente contratados pelas Entidades Promotoras ou pelas Entidades Parceiras, regra geral os mais qualificados, fossem colocados nas escolas públicas, criando ainda mais lacunas no recrutamento de professores com habilitações e experiência no ensino do Inglês aos mais novos e, concomitantemente, levando a que várias Entidades Promotoras tivessem a necessidade de substituir a oferta do Inglês por outra actividade. Outros casos houve em que os alunos conheceram 2 e 3 professores ao longo do ano ou ficaram sem a actividade por impossibilidade de substituição do professor numa fase já tardia do ano lectivo.

Nas visitas de acompanhamento constataram-se casos de professores que não detinham as habilitações preconizadas no Despacho das AEC, situação que denota, por um lado, a tentativa da Entidade que recruta (Promotora ou Parceira) de não cumprir o estipulado na legislação e, por outro, a demissão do Agrupamento no envolvimento no processo de recrutamento e de verificação das habilitações. Alguns destes casos só foram tornados públicos aquando das visitas de acompanhamento, o que, por vezes, criou constrangimentos ao perito responsável pelas visitas, que foi visto como responsável pelo levantamento da questão.

VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

A continuidade dos procedimentos relativos ao acompanhamento do Programa, no que concerne a repetição, no 3º período, das visitas em que tivessem sido detectados problemas ou incorrecções face ao programa, substituindo as restantes por novas visitas no 2º período, permitiu um aumento das turmas observadas e o alargamento do espectro de monitorização das AEC.

De um total de 174 visitas agendadas pelas cinco DRE, a APPI esteve presente em 157, que envolveram 37 peritos. O número de visitas, acrescido do facto de, frequentemente, a observação da actividade e a mesa-redonda se realizarem em dias diferentes que resulta na duplicação de deslocações dos peritos, a dispersão geográfica de muitas das escolas a visitar e a sobrecarga de horário dos peritos que já apoiavam a APPI são factores que determinaram as 17 visitas que, a nível nacional, a APPI não conseguiu efectuar.

(Acrescente-se aos impedimentos acima referidos, a sobrecarga de trabalho de alguns peritos aos quais, pela sua reconhecida competência, são atribuídas muitas funções na

escola; a sobreposição de visitas em diferentes EAE, próximas em distância, que poderiam ser feitas pelo mesmo perito; o facto de alguns peritos leccionarem também nas AEC, o que não lhes permitia faltar para a realização das visitas que se realizavam à mesma hora das suas aulas de 1º ciclo; a singularidade de, especialmente na DRELVT, a mesa redonda ter sido calendarizada, frequentemente, às sextas-feiras, o que impedia o perito de estar presente (por ser simultânea com outra).

A distribuição do número de visitas e do número de peritos por DRE e por período consta do seguinte quadro:

2009/2010						
	1º Período		2º Período		3º Período	
DRE	Visitas	Peritos	Visitas	Peritos	Visitas	Peritos
DREN	21	11	11	7	10	8
DREC	18	6	5	4	17/16 * 1 anulada por falta de professor	6
DRELVT	24	8	-	-	23	7
DREA	13	8	4	3	12	5
DREAlg	7	4	7	4	4* /3 1 anulada por falta de professor	3
Total	83	37	27	14	64	29

Pelas razões acima aduzidas, a APPI viu-se impossibilitada de concretizar:

- 4 visitas na DREN
- 5 na DREC
- 1 na DRELVT
- 4 na DREA
- 3 na DREAlg

Todos os peritos que têm mantido a colaboração com a APPI fazem-no por entenderem que podem contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem da Língua Inglesa. Prestam um serviço à associação a que pertencem e colaboram, simultaneamente, com o ME, mas convém referir que esta actividade não é paga e, muitas vezes, o fazem à custa de acréscimo do seu tempo de trabalho e de custos pessoais, uma vez que quase todos são professores que trabalham a tempo inteiro nas escolas com um horário e ritmo de trabalho intenso e exigente; frequentemente, têm que permutar as suas aulas, o que acarreta mais horas de trabalho, não esquecendo, também, que muitos dos peritos fazem grandes deslocações, que são pagas só muitos meses depois e, este ano, sem qualquer comunicação antecipada sobre a alteração de procedimentos, a 0,12€/km.

Congratulamo-nos com o facto de haver cada vez mais e melhor articulação entre a APPI e as DRE. No entanto, e no sentido de minorar algumas situações ainda problemáticas, a APPI propõe que:

- sempre que possível, haja um maior equilíbrio na distribuição das observações das diferentes actividades e da mesa-redonda, de forma a minorar as deslocações dos peritos;
- a escola do perito receba, atempadamente, o ofício com a data e o horário da visita para que aquele possa legalmente faltar ou alterar as suas aulas ou outras actividades da componente não lectiva.

INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Observação de aulas

A observação de aulas, seguida de uma pequena reflexão crítica e formativa, continua a verificar-se imprescindível para a análise do contexto pedagógico. Se nos anos anteriores se tinha observado uma progressiva melhoria na prática pedagógica, nomeadamente nas

situações em que houve continuidade da Entidade Promotora e/ou do professor no Programa de Generalização, acrescido do facto de muitos professores já terem tido formação na área das metodologias do ensino do Inglês aos mais novos (curso DGIDC *online* e/ou frequência de outros cursos de formação presenciais), o mesmo já não aconteceu este ano lectivo pelos motivos anteriormente mencionados e relacionado com a falta de professores.

Da observação dos peritos da APPI, como aspectos positivos, em termos metodológicos e relacionais, julga-se útil destacar os seguintes:

- o uso da língua inglesa por parte de muitos professores, tanto na linguagem de sala de aula como na interacção com os alunos;
- o estímulo ao uso do Inglês, por parte dos alunos, criando verdadeiros momentos de interacção que permitem a aprendizagem da língua de uma forma natural, contrastando com a exploração de listas de vocabulário como único objectivo da aprendizagem;
- a diversificação de actividades e estratégias;
- a inclusão de estratégias de aprendizagem e actividades com recurso ao lúdico e apelando à criatividade dos alunos;
- a avaliação de acordo com as propostas sugeridas nas Orientações Programáticas (OP);
- a motivação dos alunos para a aprendizagem da língua inglesa;
- a boa relação pedagógica;
- o recurso ao reforço positivo, estimulando a participação de todos os alunos nas actividades propostas;
- a adequada gestão de sala de aula.

Apesar de quase todos os professores referirem ter conhecimento das OP, nem todos revelaram no seu trabalho a assimilação das mesmas. Das aulas observadas, continuaram a verificar-se casos em que:

- as aulas foram conduzidas na Língua Materna, com pouco recurso à língua inglesa, mesmo no uso da linguagem de sala de aula;
- não foram utilizadas estratégias de ensino/aprendizagem com recurso ao lúdico e a actividades criativas;
- as metodologias não foram adequadas ao nível de ensino e à faixa etária, usando, muitas vezes, estratégias/actividades mais próximas do 2º Ciclo;
- não se fez apelo às experiências de aprendizagem enunciadas nas OP;

- não foram promovidas actividades de compreensão e produção oral, fomentando, desde cedo, a comunicação em Inglês;
- não houve a preocupação de ajustar a avaliação ao que está recomendado nas OP;
- os conteúdos leccionados não tiveram em conta as competências previamente adquiridas pelos alunos;
- as aulas foram muito centradas no professor;
- não houve diversificação das formas sociais de trabalho, sendo privilegiado o trabalho individual em detrimento do trabalho de par ou de grupo;
- houve uma inadequada gestão do tempo.

A observação efectuada ainda demonstrou fragilidades, das quais se destacam:

- a insegurança na tomada de decisões pedagógicas e na elaboração de materiais;
- a indisciplina que ainda é muito evidente em muitas turmas;
- o cansaço dos alunos que têm a actividade sistematicamente no final do dia;
- a ainda, por vezes, débil articulação com o Departamento de Línguas do Agrupamento;
- a falta de integração do Inglês e das outras AEC no Projecto Curricular da Turma e da Escola.

Salienta-se, no entanto, que a responsabilidade não cabe exclusivamente aos professores; estas situações são, em muitos casos, motivadas pela falta de apoio por parte de algumas Entidades Promotoras/Entidades Parceiras que têm a seu cargo a colocação dos respectivos professores, descurando a sua preparação pedagógica, não prevendo quaisquer mecanismos de formação para os mesmos, não revelando preocupação na passagem de informação para os diferentes professores que vão tomando conta da turma nem se preocupando com a sequência e articulação dos conteúdos nos diferentes anos de escolaridade.

Ainda foram detectadas situações em que não foi prestado qualquer tipo de apoio aos professores contratados, nomeadamente informação sobre as OP. Não participaram em quaisquer reuniões de trabalho, não tiveram apoio do professor titular, tendo estado completamente entregues a si próprios.

Questionário ao professor de Inglês

Este instrumento de acompanhamento proporciona a recolha de dados que perspectivam as condições físicas e pedagógicas da implementação do Programa, estimula o diálogo com a comunidade educativa, aquando da realização da mesa-redonda e permite apontar percursos/soluções para o sucesso das AEC.

Apesar de em menor número, algumas das dificuldades enunciadas pelos professores de Inglês observados, e que continuam a constituir constrangimentos à adequada operacionalização do Programa, são as mesmas referidas em anos anteriores:

- turmas demasiado grandes; os professores consideram extremamente difícil trabalhar com mais de 20 alunos por turma;
- muitas turmas integram alunos dos 3º e 4º anos, sendo que os alunos do 4º ano já tiveram Inglês no ano anterior, dificultando a gestão da sala de aula;
- turmas constituídas por alunos dos 4 anos de escolaridade;
- espaços não adequados à realização da actividade;
- falta de articulação de actividades e de planificação conjunta com o/a professor/a titular;
- as reuniões de articulação horizontal e vertical não estarem previstas no horário;
- falta de tempo para reunião com os outros professores (titular e de Inglês);
- falta de materiais consumíveis (papel, cartolinas, lápis de cor, ...);
- falta de equipamentos: leitor de CD, projector de vídeo, etc.
- muitas turmas com casos de indisciplina;
- a assiduidade irregular dos alunos, que releva do carácter opcional das AEC e que, apesar dos esforços no sentido de responsabilizar o Encarregado de Educação (EE), ainda é notória nalgumas zonas geográficas.

Da análise dos questionários, pode constatar-se que a articulação horizontal (professor de Inglês ↔ professor titular) se faz já de forma generalizada, a maior parte das vezes com carácter informal e essencialmente ao nível dos dois primeiros pontos: partilha de informação sobre os alunos e reflexão conjunta sobre as competências dos alunos e, mais raramente, na programação de actividades conjuntas.

A articulação vertical (professor de Inglês ↔ Departamento de Línguas do Agrupamento/professores de Inglês do 2º Ciclo) continua a ser um dos pontos fracos na concretização do Programa, apesar de uma evidente preocupação da necessidade da mesma, à medida que os alunos vão chegando ao 5º ano com mais conhecimentos da

língua. No entanto, há já Agrupamentos que têm essa prática instituída com periodicidade regular, mensal ou trimestral. As reuniões de articulação, tanto com os professores titulares como com o Departamento de Línguas, evidenciam uma aceitação das AEC no currículo não formal dos alunos do 1º CEB, fomentam o diálogo entre os diferentes intervenientes no processo e contribuem para a integração dos professores das AEC na comunidade escolar.

Mesa-Redonda

Como estratégia de intervenção, a mesa-redonda continua a ser um ponto-chave nas visitas de acompanhamento. Verifica-se, na generalidade dos casos, a presença de todos os intervenientes nesta reunião. Ainda se continua a constatar que é aqui que, frequentemente, todos os implicados no processo se reúnem pela primeira vez e debatem a implementação das AEC nas suas escolas, nos seus aspectos estruturais e dinâmicos.

É também nestas reuniões que os professores/Agrupamentos/Entidades Promotoras/pais/encarregados de educação se consciencializam da importância e dimensão do Programa, que se avalia a sua implementação e são aventadas hipóteses de solução de alguns obstáculos à sua execução, conduzindo, na generalidade dos casos, à consecutiva alteração de procedimentos. Continua a ser constatada, na generalidade, uma vontade política, social e pedagógica de articulação e interação entre os vários intervenientes no processo, que se traduz numa conjugação de sinergias e num compromisso assumido por todos, no sentido de superar as fragilidades detectadas.

No entanto, há casos em que ainda se denotam as assimetrias na implementação das AEC. Nem sempre os Coordenadores de Departamento se fazem representar nas mesas-redondas, evidenciando a ainda débil articulação vertical, ou onde o representante da Entidade Promotora ou Parceira denota uma preocupação de cariz meramente administrativa na implementação das AEC.

Apesar de terem vindo a decrescer, são de referir alguns aspectos estruturais e organizacionais que continuam a carecer de novos procedimentos:

- a subcontratação de empresas/escolas de línguas por parte da Entidade Promotora, o que implica a multiplicação dos intervenientes e cria situações de pouco controlo no desenvolvimento do Programa, nomeadamente na forma como

a verba atribuída foi distribuída e onde se nota muitas vezes que o objectivo primeiro dessas Entidades é o lucro e não a qualidade do serviço prestado;

- a posição de algumas escolas de línguas, enquanto parceiras da Entidade Promotora, em que prevalece a orientação dos professores em função dos métodos de ensino vigentes nestas escolas, com planificações próprias, à margem das OP e da articulação com o currículo do 1º CEB;
- a concentração do horário das AEC (actividades, em grande parte das escolas, num período de 2 horas diárias, entre as 15h30 e as 17h30), que provocou, horários reduzidos para os professores de cada actividade na generalidade dos Agrupamentos em que não houve flexibilização dos horários do professor titular;
- como já atrás enunciado, a mobilidade dos professores, que ao longo do ano lectivo abandonaram o Programa para aceitarem colocações cíclicas, justificada pelo escasso número de horas de contratação, pelo baixo pagamento e pela não vinculação ao Ministério da Educação (ME). Tal permitiu que houvesse turmas que conheceram três professores na mesma actividade ou que ficassem sem professor a meio do ano lectivo, criando problemas de estabilidade ao nível de atitudes e comportamentos menos adequados por parte dos alunos, não favorecendo o desejável desenvolvimento de competências no domínio cognitivo e sócio-afectivo;
- o arranque tardio pela falta de professores;
(Como exemplos: o Algarve - algumas zonas só começaram com o Inglês em Janeiro; ou o Alentejo - turmas que começaram com o Inglês mas foram forçados a cancelar a actividade pela falta de professores)
- a falta de auxiliares de acção educativa de apoio às escolas e aos alunos durante o horário das AEC;
- a utilização de espaços não adequados à prática das actividades, por exemplo, aulas em refeitórios ou em salas muito pequenas.

Continua a verificar-se alguma controvérsia no que respeita o pagamento do manual para a actividade de Inglês pelos encarregados de educação, quando há lugar à sua adopção. Continua a haver Entidades que cobram o pagamento do manual aos alunos não subsidiados. A Educação Básica é gratuita e as Entidades Promotoras/Parceiras é que deveriam suportar o custo do mesmo, uma vez que o financiamento por parte do ME prevê a compra de materiais para a concretização das actividades.

Ainda no âmbito dos aspectos organizacionais referentes ao acompanhamento, mas no que à APPI diz mais directamente respeito, sublinham-se os seguintes constrangimentos:

- a proposta da APPI relativamente à alteração dos instrumentos de observação, nomeadamente a anulação do relatório que vai para as Entidades Promotoras e para os Agrupamentos (documento pré-formatado e que não permite uma leitura objectiva e contextualizada das conclusões das visitas) e a sua substituição por outro. Em devido tempo e em reunião da CAP, propusemo-nos integrar um grupo de trabalho para o efeito;
- a dificuldade, cada vez maior da disponibilidade dos peritos para as visitas; a maior parte das vezes fazem-no com permuta de aulas;
- o facto de o pagamento do km ter sido a 12 cêntimos, a partir do 2º período, (e sem qualquer comunicação prévia), faz com que aqueles que fazem grandes deslocações (e há muitos) deixem de o fazer, num futuro próximo;
- a recorrente questão de o *feedback* das primeiras visitas não chegar a tempo de se fazerem alterações de procedimentos (Caso mais sistemático: DRELVT)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Formação *online*

Sendo a formação uma das vertentes de acompanhamento implicadas nas competências atribuídas à estrutura central (CAP), foram novamente implementadas pela DGIDC, com a colaboração directa da APPI, duas edições distintas de formação a distância para professores de Inglês.

Assim, foram realizados os dois cursos de formação *online*: “**Ensino do Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico - 1º e 2º anos**” e “**Gestão Curricular do Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico**” - 3º e 4º anos”, dando prioridade à formação de professores que nunca tinham frequentado este tipo de formação e/ou leccionavam o 1º e 2º anos.

A organização destes dois cursos, com a previsão inicial de 28 turmas, teve como referência as propostas das DRE que, posteriormente, vieram a ser alteradas, conforme o quadro que se segue:

Turmas por DRE / Acção:

DRE	Turma	Inglês 1º e 2º ano	Inglês 3º e 4º ano
DREN	1	Braga	Amarante
	2	Maia	Barcelos
	3	Penafiel	Vila Nova de Gaia
	4	Porto	
	5	Santa Maria da Feira	
	6	Viana do Castelo	
	7	Vila Real	
DREC	1	Aveiro	Aveiro
	2	Castelo Branco	Coimbra
	3	Coimbra	Viseu
	4	Guarda <i>(cancelada pela DRE)</i>	
	5	Leiria <i>(cancelada pela DRE)</i>	
DRELVT	1	Lisboa	Lisboa
	2	Santarém <i>(cancelada pela DRE)</i>	Santarém
	3	Seixal <i>(cancelada pela DRE)</i>	
	4	Torres Vedras	
DREA	1	Beja	Portalegre
DREAlg	1	Faro	Faro
TOTAL INICIALMENTE PREVISTO		18 turmas	10 turmas

Assim, foram concretizadas 24 acções, distribuídas do seguinte modo:

DRE	1º e 2º anos	3º e 4º anos	Total
DREN	7	3	10
DREC	3	3	6
DRELVT	2	2	4
DREA	1	1	2
DREAlg	1	1	2
Total	14	10	24

A avaliação da formação, bem como de propostas de trabalho futuro, constam do Relatório já enviado à DGIDC, embora sejam novamente tecidas aqui algumas considerações gerais.

Avaliação da formação pelos Supervisores e Tutores/Formadores:

Foi opção fazer uma avaliação conjunta das formações organizadas para os 1º/2º anos e 3º/4º anos, uma vez que decorreram quase em simultâneo e não houve diferenças nas avaliações recebidas que justifiquem uma análise detalhada de cada um dos cursos. Pelo 'feedback' disponibilizado, foi notória uma melhoria global na organização das sessões presenciais, otimizada também pelo facto dos formadores/tutores já terem experiência anterior e, em muitos dos casos, contactarem previamente as escolas onde as acções iriam ter lugar, no sentido de assegurar que tudo decorreria como previsto. Registou-se apenas uma falha grave, na acção presencial intercalar, num curso de 3º e 4º anos, que não se realizou pelo facto da escola não ter aberto, como oportunamente foi comunicado.

Tem sido ainda manifestado pelos formadores o à vontade crescente com que os professores em formação se "movimentam" na plataforma, o que é sem dúvida um factor facilitador de todo o processo. Menos positiva a atitude de alguns formandos que abandonam a formação sem apresentar qualquer justificação para tal atitude e deixando de responder aos contactos que os formadores e/ou os coordenadores regionais tentam estabelecer.

De referir ainda o agrado e o sucesso que se tem verificado pela introdução de mais uma sessão presencial no curso de 3º/4º anos, que vai ao encontro da expectativa de uma efectiva troca de experiências e proporciona um momento rico de formação.

Finalmente, o sentimento expresso pelos formadores, e também já reportado pelos supervisores, de que esta formação necessitaria de uma reformulação global. Parece-nos que, no contexto actual das AEC, já não se justificam formações separadas por anos de escolaridade, mas sim a organização de dois cursos com níveis de profundidade diferentes. Uma formação nível I para professores menos experientes, sem historial anterior de formação e uma formação nível II, para professores que aliam à experiência lectiva à preocupação de frequentar formação adequada.

A APPI reitera a importância de se manter a realização dos cursos de formação *online*, embora com a reestruturação acima indicada.

Formação presencial

Apesar de se ter verificado que a maioria dos professores detém as habilitações definidas no Despacho nº 14460/2008, nalguns casos, foi ainda evidente a falta de formação pedagógica para trabalharem com esta faixa etária, a falta de experiência como docentes e, por vezes, a falta de habilitações adequadas, como comprovado nas visitas de acompanhamento e na observação de algumas aulas.

Se, por um lado, continua a existir, por parte de algumas Entidades Promotoras, ou das empresas subcontratadas, falta de apoio e acompanhamento pedagógico dos professores que recrutaram, por outro, aumentaram os casos de boas práticas em que a Entidade Promotora ou Parceira providencia formação aos seus professores.

Paralelamente, começam a ter cada vez mais expressão os encontros ou as jornadas de formação, normalmente com um dia de duração, promovidos pelas Entidades Promotoras, e também já por parte de alguns Agrupamentos, para divulgação de boas práticas das AEC e reflexão do trabalho desenvolvido, evidenciando cada vez mais a aposta na qualidade das actividades desenvolvidas. A APPI, por um lado, tem apoiado essas iniciativas, colaborando nesses encontros, sempre que solicitada, com a presença de um orador ou formador; por outro lado, há vários anos tem dedicado, no seu Congresso Anual, um dia específico de sessões de formação para professores de Inglês do pré-escolar e 1º CEB, a cargo de formadores nacionais e estrangeiros de qualidade; e, ainda, realiza, desde 2008, encontros destes professores, com a duração de um dia, para a partilha de experiências em sala de aula, em vários locais, tendo-se efectuado quatro destes encontros: "Primary English: Sharing Good Practice".

A APPI reitera a necessidade de se delinear uma formação focalizada na didáctica do Inglês, na vertente de curso ou oficina, com a realização de formação mais específica e em contexto local, direccionada aos reais problemas dos docentes, através dos Centros de Formação de Associação de Escolas, com a colaboração de instituições do ensino superior e das associações profissionais.

RECOMENDAÇÕES

Nos cinco anos que leva a implementação do Programa de Generalização do Inglês um longo caminho foi já percorrido: as AEC foram geralmente aceites e a escola a tempo inteiro é já uma realidade; foram feitos ajustes ao Programa; começou a desenhar-se uma acção pedagógica concertada; criaram-se canais de comunicação e dinâmicas de interacção que facilitam a participação de todos os intervenientes na implementação e no desenvolvimento das actividades e agilizam a solução dos constrangimentos encontrados.

No que parece um contra-senso relativamente ao parágrafo anterior, nos relatórios da APPI tem sido recorrente a repetição de uma série de recomendações. Essa repetição decorre do facto de muitas escolas, agrupamentos, Entidades Promotoras e Parceiras ainda não terem encontrado a forma mais eficaz de implementar as AEC, adoptando casos de boas práticas e inovação já consolidados e adequando-os à realidade da sua área de influência.

Apesar de muitas das recomendações que a seguir se enumeram terem já sido elencadas em relatórios anteriores, e de muitas delas já terem sido incorporadas nas práticas dos diferentes intervenientes no Programa, consideramos que continuam a ser pertinentes, até porque algumas delas não tiveram ainda impacto nos intervenientes a que se destinam.

1. Ao Ministério da Educação

Cinco anos decorridos sobre a introdução do ensino do Inglês no 1º CEB no ensino público, de frequência facultativa e com carácter extra-curricular, com o qual a APPI não concorda e tem feito saber ao ME, de forma recorrente desde o início do Programa, cabe à APPI continuar a insistir na urgência da introdução do Inglês no currículo do 1º CEB, com iniciação desde o 1º ano, uma vez que o ME entendeu estender a oferta obrigatória aos primeiros anos de escolaridade. Os alunos estão altamente motivados para a aprendizagem do Inglês e todos os intervenientes no Programa das AEC continuam a referir, nas visitas de acompanhamento, que o Inglês deveria ser curricular. A continuidade do carácter facultativo da sua aprendizagem implica o surgimento de enormes discrepâncias de aprendizagem na entrada para o 2º Ciclo, originando turmas com diferentes níveis de conhecimento da língua que, necessariamente, levantam dificuldades na gestão do programa de Inglês neste ciclo de ensino. A APPI reitera que, se não houver uma eficiente articulação na planificação e concretização da actividade ao longo dos quatro anos de escolaridade, se corre o risco de, em vez de potenciar o gosto pela aprendizagem de uma língua estrangeira, esta se tornar desmotivadora e geradora de insucesso à entrada do 2º Ciclo.

Consequentemente, a APPI reforça a pertinência e urgência da alteração do programa de Inglês do 2º Ciclo, dado que, neste ano lectivo de 2009/2010, uma percentagem elevada de alunos já tinha frequentado pelo menos dois anos de Inglês (3º e 4º anos).

No entanto, reforçamos que essa modificação ou mesmo um novo programa só fará sentido aquando da integração do Inglês no currículo do 1º CEB, criando um programa sequenciado, coeso e coerente, adaptado e não fragmentado, que permita uma mais rápida e eficaz progressão no ensino da Língua ao longo da escolaridade obrigatória.

Paralelamente, no sentido de tornar mais eficaz o programa de formação dos professores das AEC, propõe-se a concepção de um modelo de acompanhamento ajustado ao actual

patamar de desenvolvimento das AEC. Esse modelo deverá procurar ter uma intervenção mais local e contínua, centrando-se na qualidade da componente pedagógica e direccionado para as necessidades específicas dos professores.

É também necessário que o ME proceda a uma definição clara do enquadramento profissional dos professores de Inglês no 1º Ciclo, de modo a permitir a estabilidade de um grupo de docentes que, gradualmente, tem vindo a adquirir experiência e formação nesta área muito específica. De outro modo, perder-se-á todo o trabalho de formação e apoio facultados ao longo destes cinco anos, e o concomitante esforço financeiro dispendido pela Tutela. **De sublinhar que muitos dos professores, que desde o início leccionavam nas AEC, com formação quer inicial quer contínua (através dos cursos *online*), já transitaram para outras escolas como professores contratados, o que tem vindo a provocar uma falta, cada vez mais acentuada, de professores de Inglês.**

2. À Entidade Promotora

Apesar de ser cada vez mais evidente a preocupação crescente, por parte de muitas Entidades Promotoras, de oferecerem melhores condições de trabalho aos professores das AEC, a precariedade do trabalho destes professores continuou a ser um factor de impedimento da fidelização dos mesmos a estas actividades.

Fruto da avaliação feita pela CAP, o governo aprovou um decreto que permite o vínculo dos docentes AEC através de um contrato, mas tal não impede que as Entidades Promotoras desenvolvam, em parceria com os Agrupamentos, outros mecanismos de fixação dos professores, no sentido de evitar a situação de mobilidade, que passam por aspectos organizacionais já implementados com sucesso:

- a rigorosa verificação e controlo das habilitações académicas e profissionais dos professores contratados;
- a preocupação em dar continuidade aos professores contratados;
- a flexibilização dos horários, permitindo o aumento de horas de trabalho de cada professor;
- a criação de uma bolsa de professores substitutos para colmatar faltas imprevistas;
- a inclusão de duas horas semanais remuneradas para reuniões de articulação.

Para além das questões relacionadas com uma organização eficaz e eficiente das AEC, é imperioso que as Entidades Promotoras/Parceiras estejam mais disponíveis e atentas às questões de cariz pedagógico, pelo que devem promover:

- a dinamização de acções de formação para suprir lacunas de formação a nível metodológico e pedagógico;
- a criação de centros de recursos para os professores;
- a criação de um observatório de qualidade em parceria com os agrupamentos.

3. Ao Agrupamento

O Agrupamento tem que assumir o papel que lhe é cometido, de forma inequívoca, de co-responsabilização no recrutamento e na verificação e controlo das habilitações académicas e profissionais dos professores para que se materialize um maior rigor na contratação dos mesmos.

Enquanto entidade responsável pelos aspectos dinâmicos do Programa, o Agrupamento deve promover:

- a integração e sustentabilidade do Programa na cultura organizacional e curricular do Agrupamento – inclusão nos projectos educativos e curriculares de escola/turma;
- a criação de mecanismos e instrumentos de comunicação, cooperação e articulação entre o professor titular, entre os professores das AEC e os professores do 2º Ciclo do Agrupamento para concertação de estratégias e planificação de actividades;
- a integração dos docentes das AEC nas estruturas de orientação pedagógica do Agrupamento (Conselho de Docentes, Conselho de Ano, Departamento Curricular);
- a realização, no início do ano, de uma reunião com todos os intervenientes (Entidade Promotora, professores das AEC, professores titulares de turma, encarregados de educação) para esclarecimento dos objectivos das AEC e sensibilização para a importância da sua frequência;
- a realização de reuniões de monitorização do processo ao longo do ano;

- a partilha de materiais, numa articulação entre os recursos materiais existentes nas escolas do Agrupamento e os adquiridos através da Entidade Promotora;
- a criação de canais de comunicação alternativos às reuniões presenciais, no âmbito das novas tecnologias, entre professores, a fim de possibilitar a troca de informações, estratégias e experiências pedagógicas.

4. Ao professor titular de turma

O Despacho 14 460/2008 define as funções do professor titular e é fundamental que este assuma a sua implicação em todo o processo, o que, conforme se verificou, nem sempre acontece, já não tanto por rejeição às AEC, mas, essencialmente, pela falta de tempo para todas as tarefas que lhe são cometidas. Assim, relembra-se que compete ao professor titular:

- a sensibilização dos encarregados de educação para as AEC e o seu contributo para o reforço do currículo;
- o trabalho prévio de natureza pedagógica com os professores das AEC, no sentido de os informar de todas as questões pertinentes relativas aos alunos (contexto familiar; necessidades educativas especiais; estilos de aprendizagem; relação pedagógica);
- a articulação com os professores das AEC para que se atinjam os objectivos que estas actividades devem alcançar: enriquecer o currículo dos alunos tanto ao nível dos conteúdos como, essencialmente, ao nível do desenvolvimento de competências transversais, criando homogeneidade entre as rotinas do professor titular e do professor de Inglês, propiciando atitudes favoráveis à aprendizagem, consolidando estratégias de promoção de comportamentos adequados e planificando em conjunto, sempre que possível, actividades de acordo com os temas previstos no currículo dos alunos;
- a supervisão pedagógica, com evidências de registo, e organizada em torno da planificação, partilha de experiências e reflexão conjunta sobre possibilidades concretas de enriquecimento curricular e melhoria de competências;
- a ligação entre os pais/encarregados de educação e o professores das AEC, nomeadamente ao nível das informações sobre o desempenho e progressão nas actividades.

5. Ao professor de Inglês

Porque ainda se verificam casos em que o professor de Inglês trabalha isoladamente e sem qualquer apoio da entidade que o contratou, a APPI reforça a necessidade de lhes serem dadas orientações, pela Entidade Promotora/Entidade Parceira ou pelo órgão de gestão do Agrupamento, no sentido de:

- regular a sua actividade de acordo com as Orientações Programáticas;
- fazer o registo das actividades que realiza, de preferência com os alunos (por exemplo, no final da aula, ou da semana, ou da unidade, um registo que permita reflectir sobre as aprendizagens realizadas e, aos pais/encarregados de educação, acompanhar a actividade desenvolvida);
- elaborar um dossiê para arquivo das planificações e de todos os materiais relacionados com as actividades da turma para ser transmitido aos colegas do ano seguinte (o dossiê pode funcionar como instrumento de comunicação e articulação com os professores titulares e os coordenadores do agrupamento);
- construir/adaptar instrumentos de auto-regulação das aprendizagens, de acordo com as Orientações Programáticas.
- articular com o professor titular de turma, na criação de rotinas comuns para os alunos, e no desenvolvimento, em conjunto, das competências enunciadas para esta faixa etária;
- articular com o Coordenador do Departamento de Línguas, no sentido de se rendibilizarem as aprendizagens efectuadas no 1º Ciclo;
- planificar, sempre que possível, as actividades de Inglês de acordo com os temas previstos no currículo dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta os quatro anos de implementação das AEC e os cinco anos decorridos desde a introdução do ensino do Inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo, e o conhecimento, decorrente da observação e análise das visitas de acompanhamento, das diferentes

realidades em que as AEC são postas em prática, a APPI congratula-se com o facto de haver cada vez mais projectos inovadores, articulados e coesos, principalmente porque há uma vontade política e sensibilidade para as questões relacionadas com as AEC, perspectivando-as nas suas vertentes funcional e pedagógica, numa adequada articulação entre os diferentes intervenientes.

No entanto, decorrente do acompanhamento realizado ao longo dos anos, e neste ano em particular, é opinião da APPI que não se pode continuar a afirmar que todos os alunos têm Inglês no 1º ciclo. Em pura verdade, **a oferta generalizada do Inglês não é uma realidade; diminuiu substancialmente este ano lectivo pela falta de professores.** Mais uma vez, e pelo já exposto, só faz sentido que a aprendizagem do Inglês seja integrada no currículo do 1º ciclo, pois cada vez se torna maior o risco de contínua desvalorização da aprendizagem desta língua estrangeira e conseqüente desperdício do investimento feito nos professores de Inglês deste nível de ensino.

Lisboa, 25 de Outubro de 2010

Cristina Bastos e Isabel Brites
(representantes da Direcção da APPI na CAP)